

Reunião em 15/8

Propostas e debates no CADE reforçam opção reitoral de jogar o ônus da crise sobre os trabalhadores

A partir dos relatos elaborados pelos representantes do “Chapão Sintunesp/Associações”, confira a seguir os principais itens da reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), realizada no dia 15/8/2018.

Os pontos mais polêmicos na reunião foram a proposta de reestruturação da AJ da Unesp e a possibilidade de encarecimento do Unesp Saúde para os servidores. A reunião contou com uma palestra sobre “Gestão Organizacional - Complexidade nas Mudanças”, ministrada pelo professor Dinael Corrêa de Campos (FC/Bauru).

Reestruturação da AJ da Unesp

A ‘Ordem do Dia’ previa a discussão de uma proposta de resolução que dispõe sobre a reorganização da Assessoria Jurídica da Unesp. Representantes da AJ da Universidade explanaram sobre o assunto, lembrando que a atual estrutura foi criada em 1987 e que há a necessidade de reestruturá-la. A proposta é que a AJ da Universidade seja composta de procuradores e advogados contratados mediante concurso público, com exigência de pelo menos três anos de experiência comprovada.

Eles comentaram a proposta de criação de um Centro de Estudos, com vistas a incentivar o diálogo e construir estratégias para o aumento da eficiência e do apoio administrativo. Falaram também das AJ regionais, que hoje não dão conta das demandas existentes: atualmente, a Universidade

responde a mais de 7.000 ações. Ainda de acordo com a explanação, na USP e na Unicamp as remunerações são maiores e mais atrativas. Na proposta apresentada, aparecem honorários, no percentual de 75% do valor do enquadramento salarial.

Os representantes do Chapão Sintunesp/Associações manifestaram estranheza pelo fato de que a remuneração proposta para os procuradores de Universidade seja no nível 49 da escala de vencimentos (10 níveis acima do inicial para funções de nível superior), quando o que se tem na Universidade é a prática de 4 níveis. Neste caso, o nível deveria ser 43. Em relação à informação da CGP, sobre a necessidade de equiparação dos salários dos procuradores da Unesp aos praticados na USP e Unicamp, disseram que todas as demais funções técnicas e administrativas também aguardam essa equiparação. Enfatizaram que é muito difícil aprovar, neste momento, uma resolução que crie impacto financeiro na Universidade, quando prevalecem para a maioria o arrocho salarial e a redução de benefícios. “Aprovar algo deste tipo agora poderá abrir precedente para que outras categorias peçam também reenquadramento salarial para adequar suas carreiras”, alertaram. Eles também questionaram a falta de informações mais objetivas sobre quantitativos atuais da AJ e impactos financeiros da proposta.

Em defesa da aprovação da proposta, o professor Leonardo Theodoro Büll, pró-reitor de Planejamento Estratégico e Gestão (Propeg) e presi-

dente do CADE, argumentou que há um enorme passivo judicial na Universidade e que a AJ vive “apagando incêndios”. Por isso, seria necessário pensar numa ação preventiva para frear o aumento desse contencioso. Por fim, Büll disse que aprovar a estrutura agora não implicaria, necessariamente, implantá-la imediatamente.

O assunto gerou muita polêmica. Conselheiros docentes também manifestaram preocupação com a possibilidade de aprovação da proposta, chegando a classificá-la como uma “irresponsabilidade”, especialmente se lembrarmos que falta um grande número de professores e de técnico-administrativos. Lembraram que o grande número de ações contra a Universidade também é fruto do despreparo de parte dos gestores para ocuparem seus cargos.

Frente ao impasse generalizado, a proposta foi retirada de pauta para nova apreciação no mês de setembro.

Unesp Saúde

O professor Trajano Pires da Nóbrega Neto, superintendente do Unesp Saúde, informou sobre o fim do contrato atual com a Unimed em 30/11/2018. A partir de 1º/12/2018, será celebrado um novo contrato com aquela operadora, devidamente orientado pela Assessoria Jurídica da Universidade. Ele destacou que não have-



rá possibilidade de aumentar o valor de subsídio ao plano, atualmente orçado em R\$ 17 milhões, e disse que a alternativa mais viável para manutenção do plano é realizar uma alteração nas faixas de enquadramento salarial dos usuários, que passariam das atuais 13 faixas para 21. Neste caso, para os servidores enquadrados nas faixas 1 a 12 não haveria aumento no valor do plano. A atual faixa 13 seria fatiada em 8 novas faixas, com percentual de 18% entre uma e outra, sendo que para as faixas 13 (atual) e 14 (nova) haveria um pequeno decréscimo no valor do teto. Para as demais faixas criadas, o valor do teto seria de 10% do valor máximo do enquadramento. O professor Trajano considera que essa proposta é a mais viável, pois outra alternativa seria retirar o patrocínio dos usuários inativos. Esclareceu ainda que a única operadora habilitada para o convênio foi a Unimed.

Após a exposição, conselheiros do Chapão manifestaram-se, denunciando o fato de que, mais uma vez, o ônus recairá sobre o trabalhador da Unesp, que já arcou com dois aumentos de grande monta no valor do plano, sem que no período tivessem reajustes salariais. Eles também comentaram o fato de que o valor orçado para subsídio ao plano sempre

foi de R\$ 8 milhões, mas que o dispêndio efetivo sempre foi maior do que isso. Por fim, externaram preocupação com possíveis evasões do plano, especialmente nas faixas salariais mais altas (com um novo contrato, virão novos valores, o que implicaria aumentos em duplicidade para estas faixas), com migração para atendimento junto ao Iamspe, com suas conhecidas limitações.

O professor Büll disse apenas que, infelizmente, não será possível aumentar o valor do patrocínio. Também presente à reunião, o reitor Sandro Roberto Valentini interveio, dizendo que “as perspectivas em relação ao orçamento não são muito animadoras”. O reitor frisou que o plano é muito bem estruturado e que o considera benéfico para os servidores da Universidade. Lembrou, por fim, que caberá ao CADE votar a proposta orçamentária do próximo ano, ainda a ser apresentada.

Pasqual Barretti, diretor da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) e vice-presidente do CADE, disse que, no Brasil, a população é que paga a conta da saúde e que, em sua opinião, estamos defendendo “privilégios”. Disse ainda que as unidades estão há quatro anos sem aumento no custeio e que deve ocorrer um grande

aumento na insuficiência financeira da Universidade.

Representantes dos servidores lembraram a ele que, quando há reajuste salarial, automaticamente ocorrem mudanças de faixa. “Com os salários praticamente sem reajuste desde 2015, qualquer aumento no plano passa a ser cruel, e a tendência é termos preços muito próximos daqueles praticados no mercado”. Eles enfatizaram que a Universidade só vai continuar sendo o que é se o seu trabalhador tiver saúde de qualidade, o que justifica a necessidade de aumento no subsídio por parte da Universidade.

Por solicitação dos membros do Chapão, o reitor concordou em viabilizar uma comissão, com a participação de servidores, para estudar o assunto.

Contratações

Representantes do Chapão destacaram a necessidade de autorização para algumas contratações urgentes, especialmente para reposição de funções que ficaram sem servidores nas unidades. Eles citaram o caso do campus de Ourinhos, que não tem



Eleições para comissões assessoras

Foram eleitos representantes dos servidores técnico-administrativos e docentes do CADE para participar de algumas comissões assessoras. São elas:

Recomposição da CEAFA – Comissão de Estruturas e de Funções Administrativas

Pelos servidores técnico-administrativos, foi eleita Beatriz Galvão Nogueira (ICT/são José dos Campos).

Terceirização na Unesp

Pelos servidores técnico-administrativos, foi eleito Rodrigo Bernardo (IBILCE/Rio Preto).

Comissão conjunta entre o CADE e o CEPE com vistas à elaboração de propostas estratégicas para a estabilidade financeira da Unesp

Pelos servidores técnico-administrativos, foi eleito Ademir Machado dos Santos (FE/Guaratinguetá).

nenhum Assistente Operacional. Para dar conta de serviços que deixam de ser feitos por falta de servidores, muitas vezes as unidades acabam gastando valores semelhantes ao que se gastaria com a folha de pagamento do servidor; como exemplo, foi citada a manutenção de aparelhos de ar condicionado.

Sobre contratações de servidores técnico-administrativos, o professor Büll informou que vários casos de pessoas que foram desligadas dos quadros das unidades serão estudados e que será trazida proposta para discussão no CADE.

Insalubridade, 13º salário, horas extras, reforma administrativa e outros

O professor Büll deu informes sobre a **revisão do Adicional de Insalubridade dos servidores estatutários**. Ele disse que o Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME) manteve a maioria dos adicionais dentro dos níveis em que já estavam. O percentual de alterações foi de apenas 0,2%.

Ele comunicou que o controle de **horas extras** a serem compensadas já pode ser realizado no SISRH. Há tutoriais sobre o assunto na TV Unesp.

Büll teceu comentários sobre os três **comunicados que tratam de aposentadoria**. Disse que, com base em estudos e discussões sobre o assunto, os comunicados foram provocados por decisão do reitor após parecer emitido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). Os comunicados geraram muita apreensão em cerca de 200 docentes, pois informaram uma alteração na interpretação até então utilizada quanto à aplicação do enquadramento das regras de aposentadoria para os professores celetistas

que prestaram concurso de efetivação no cargo após 2003. O presidente do CADE informou que as sugestões dos advogados dos docentes atingidos serão levadas para discussão conjunta com as assessorias jurídicas da USP e da Unicamp.

Sobre **13º salário de servidores autárquicos**, o professor Pasqual informou que será feito comunicado, explicando o comprometimento do orçamento de 2018 com o 13º de 2017. Com isso, segundo ele, o orçamento da Unesp é de somente 12 folhas. “Se não houver suplementação orçamentária por parte do governo, apesar dos esforços da reitoria, o pagamento do 13º de 2018 será feito em 2019”, frisou. Representantes do Chapão cobraram uma posição clara à comunidade sobre a questão por parte da reitoria e do CADE (Comissão de Orçamento).

Conselheiros do Chapão lembraram, também, da necessidade de iniciar a discussão sobre enquadramento dos **técnicos de enfermagem de Botucatu**.

Quanto à **reforma administrativa**, eles destacaram o fato de que há muita especulação na Universidade, o que exige uma posição oficial da reitoria sobre o assunto. Frente a esta cobrança, o presidente do CADE, professor Büll disse apenas que o tema está em estudos, que será necessária uma “reforma dura” e que o tópico será pautado em setembro.

Carreira

Representantes do Chapão questionaram o presidente do CADE, professor Büll, que havia se comprometido, na última reunião do Conselho Universitário (CO), em junho/2018, a recolocar na pauta do CADE em 15/8/2018 a carreira dos servidores técnico-administrativos,

inclusive montando novamente um grupo de trabalho sobre o tema. Büll limitou-se a dizer que não teve tempo de estudar tudo o que já foi aprovado pelo CADE sobre o assunto no passado e que, “provavelmente”, pautará a questão na reunião de setembro. Para os representantes dos servidores, ficou evidente o total descaso com a categoria!

Ainda sobre a carreira, o presidente do CADE disse que a CGP (antiga CRH) vai começar um trabalho de atualização dos certificados e outros cursos, para fins de levantamento de dados e estudos, para um “possível retorno da promoção por escolaridade, dependendo das condições financeiras da Universidade”.

Os membros do Chapão lembraram que o Sintunesp vem solicitando com insistência o retorno das avaliações de desempenho (ADP) e das promoções por escolaridade.

Para constar em ata

Representantes vinculados ao Chapão Sintunesp/Associações apresentaram vários tópicos para constar na ata da reunião, contendo seu posicionamento sobre temas da reunião e, também, algumas reivindicações. É o caso do pedido de transparência, com a reivindicação de que sejam aplicados ao CADE e demais órgãos colegiados as mesmas regras do Regimento do CO, com transmissão ao vivo das sessões. Isso permitiria que a comunidade acompanhasse efetivamente os debates em torno a assuntos polêmicos, como é o caso dos pautados na presente reunião do CADE. Outro assunto foi o pedido de atenção aos estagiários contratados com funções incompatíveis, como a de realizar cópias xerográficas, como acontece em alguns *campi*.